

Expresso 01-12-2006	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Sociedade
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1510 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	167000	Página (s):	12

À caça de passageiros-fantasma

Quem estava a bordo dos aviões da CIA que aterraram em Portugal? E o que o PE quer saber

Pode ser que o ministro Luís Amado tenha guardado na manga uma surpresa para o fim quando receber em Lisboa os eurodeputados da comissão de inquérito aos voos da CIA, na próxima quarta-feira, lhes ofereça a lista dos passageiros e tripulantes dos aviões que aterraram e pernoitaram no continente e nos Açores desde o 11 de Setembro. Essa tem sido a grande lacuna nas respostas do Governo português ao Parlamento Europeu: quem eram as pessoas que passaram pelo controlo dos aeroportos sistematicamente e que muitas vezes ficaram a dormir no Porto, em Lisboa, Santa Maria ou Ponta Delgada?

Nos corredores da Rua Wiertz, em Bruxelas, há a expectativa de que o Serviço de Estrangei-

ros e Fronteiras (SEF) tenha finalmente nomes para dar, um ano depois de o anterior ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, ter ido à Assembleia da República dizer que o Governo nada tinha apurado sobre alegados voos da CIA em missões ilegais.

Concluída esta semana, a primeira versão do relatório final da comissão de inquérito “encoraja firmemente” as autoridades portuguesas a aprofundarem a investigação, tendo em conta as muitas paragens de aviões envolvidos nos raptos mais mediáticos que foram feitos na Europa.

Os maiores alvos do relatório são, no entanto, o Conselho Europeu (por ter sonegado documentação sobre trocas secretas

de informação com os EUA) e a Itália e a Suécia, onde ficou provada a participação da polícia e dos serviços secretos na captura de indivíduos pelos agentes americanos.

Portugal é, de qualquer forma, um dos poucos Estados europeus a serem visitados pela comissão do Parlamento Europeu. Não tanto por haver fortes suspeitas mas devido a uma aparente indisponibilidade inicial do ministro Luís Amado para se reunir com os eurodeputados, levando o Partido Socialista Europeu a propor a deslocação a Lisboa.

Dos encontros previstos pela comissão, a única recusa veio do SIS. O director dos serviços secretos portugueses, Antero Luís, não teve autorização do Governo para falar.

MICAEL PEREIRA



ILUSTRAÇÃO MIGUEL SETAS/WHIO



Expresso	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Sociedade
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1510 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	167000	Página (s):	12

01-12-2006

PERGUNTAS AO MINISTRO

Algumas das questões enviadas por Ana Gomes a Luís Amado, numa carta de 19 páginas que antecipa a visita a Portugal (no dia 6) da comissão de que ela faz parte

■ Quem, no aeroporto de Santa Maria, entrou no avião N85VM que transportou o prisioneiro Abdurahman Khadr de Guantánamo para a Bósnia a 7 de Novembro de 2003?

■ Como foi possível o aeroporto de Santa Maria autorizar em poucas horas a “reabertura comercial” da pista por causa de um voo privado vindo de Guantánamo? Pode o INAC facultar a documentação referente ao pedido de autorização para a escala?

■ O avião (envolvido num rapto na Suécia) aterrou no Porto, vindo do Cairo, a 19 de Maio de 2003 como voo diplomático e saiu três dias depois como “escala comercial” para Argel e Cabul. O MNE autorizou?

■ A propósito de uma das vezes que o avião esteve no Porto, o Ministério das Obras Públicas disse que o voo vinha “sem passageiros”, mas o formulário de voo refere o contrário. Por outro lado, como se explica a indecisão no preenchimento de alguns formulários de tráfego, com correcções feitas à mão quanto à natureza do voo?

■ Nos documentos enviados pelo MNE, há um fax do «handler» (Fernando Monteiro) que pede autorização urgente para que um Gulfstream IV (o mesmo de Khadr e do rapto do imã de Milão em Itália) aterre em Lisboa. No fax está escrito à mão que se trata de

“uma deslocação urgente para encontros com o Minist. Defesa” («sic»). Quem eram os passageiros, com quem vinham ter no Ministério da Defesa e pode o INAC facultar os formulários de tráfego desse voo?

■ A Direcção-Geral das Alfândegas fez inspecções a algum dos voos suspeitos?

Governos europeus ignoram comissão

Luís Amado é apenas o terceiro MNE de um país da UE que a comissão de inquérito conseguiu convencer a colaborar

Antes do MNE português, apenas os chefes das diplomacias espanhola e irlandesa acederam à solicitação da comissão de inquérito presidida pelo social-democrata Carlos Coelho, que tem visto a maior parte dos pedidos serem negados ou desvalorizados, remetidos para figuras menores ou responsáveis de segunda fila.

À medida que avançaram os trabalhos, iniciados há quase um ano, e à medida que foram recolhendo elementos da sua investigação, os eurodeputados foram afinando a lista de países com que se tornava pertinente esclarecer o grau de envolvimento nas operações de detenção e transporte de suspeitos de terrorismo pela CIA: Alemanha, Espanha, Irlanda, Itália, Polónia, Portugal, Reino Unido, Roménia.

Em todos estes casos, a vontade expressa dos eurodeputados era realizar reuniões com os res-

Expresso 01-12-2006	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Sociedade
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1510 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	167000	Página (s):	12

pectivos ministros dos Negócios Estrangeiros, mas o balanço, até à data, não pode ser considerado positivo. Na Roménia, a delegação do PE foi recebida pelo secretário de Estado para os Assuntos Externos, enquanto em Varsóvia o assunto foi entregue a um subsecretário de Estado. Em Londres, a chefe da diplomacia remeteu o assunto para o ministro dos Assuntos Europeus, enquanto Roma, Viena e Estocolmo nem sequer responderam. O ministro dos Transportes dinamarquês foi igualmente convidado a falar, mas recusou.

Quanto ao Governo alemão, fontes da comissão contactadas pelo Expresso garantem ter indicações “positivas” da parte deste país quanto à disponibilidade em colaborar “ao mais alto nível”.

O relatório final da comissão deverá ser aprovado em Janeiro.

DANIEL DO ROSÁRIO

correspondente em Bruxelas

Carlos Coelho presidente da Comissão Temporária sobre a Utilização da Europa pela CIA para Transporte e Detenção Ilegal de Prisioneiros

“Há muitos esclarecimentos a dar”

O eurodeputado do PSD admite que os Governos, incluindo o português, não estejam a transmitir ao Parlamento Europeu tudo o que sabem

Como é que classifica a colaboração de Portugal com a vossa investigação?

■ Houve alguns percalços e faltas de resposta por parte de Portugal.

A última leva de documentos enviados para Bruxelas não foi suficiente?

■ Do ponto de vista formal, respondeu à minha carta, que dizia que faltavam documentos na res-

Expresso 01-12-2006	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Sociedade
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1510 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	167000	Página (s):	12

posta anterior dada por Freitas do Amaral. E esses documentos foram todos entregues. Mas a verdade é que não respondem a todas as dúvidas da Comissão.

O que é que de mais melindroso está ainda por esclarecer?

■ Relativamente a Portugal, as únicas alegações têm a ver com a possibilidade de ter havido transferências ilegais de prisioneiros.

No caso de Abdurahman Khadr, que parou em Santa Maria, vindo de Guantánamo para a Bósnia, o Estado português deve ser responsabilizado por permitir que o avião fizesse escala em solo nacional?

■ Quando o Khadr passa em Portugal está tecnicamente a colaborar com a CIA. Não é uma transferência ilegal de um prisioneiro. Ele não está a ser encaminhado para uma prisão onde vai ser torturado.

Mas ele vinha de Guantána-

mo como prisioneiro.

■ Eu não falei com o Khadr. A única informação que tenho é a que foi publicada no Expresso. No âmbito da minha Comissão, não tenho mais nenhuma informação complementar.

A deputada Ana Gomes vai encontrar-se com ele agora.

■ Se ela trazer mais dados, a Comissão pode avaliar o caso de maneira diferente.

A Comissão está interessada em ouvir Paulo Portas e Figueiredo Lopes, ministros da Defesa e da Administração Interna à época dos voos da CIA, seguindo a sugestão feita por Ana Gomes?

■ Neste momento, não. A Comissão tem um princípio desde início: a relação com os Estados-membros faz-se através dos Governos legítimos, para evitar que sejamos acusados de estarmos a fazer política doméstica. Decidimos não convocar, numa primeira linha, antigos responsáveis governamentais.

Como vê a falta de resposta em relação às identidades dos passageiros que pernoveram em Portugal?

■ Há ainda muitos esclarecimentos a dar. A sensação que nos fica — embora eu não queira antecipar conclusões antes da missão a Portugal — é de que ou não se fizeram os controlos devidos (não apenas em Portugal, mas também noutros países) ou há informações recolhidas que não nos estão a ser transmitidas. Refiro-me à identidade dos passageiros e à natureza dos aviões.

As autoridades podem estar a reter informação?

■ Sim. Não digo que isso se passe especificamente no caso português — não quero fazer processos de intenção —, mas muitos deputados da minha Comissão acreditam que ou não houve os controlos devidos ou essas informações foram classificadas.

